Simulado Especial

Câmara de Macapá

Assistente Administrativo

Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial Câmara de Macapá (Assistente Administrativo)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

*1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Assistente Administrativo** da **Câmara de Macapá - AP**;*

2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;

3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;

*4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;*

5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/2i7EsNpGAmKGkV3L7

01 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	13 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	25 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	37 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	49 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
02 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	14 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	26 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	38 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	50 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
03 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	15 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	27 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	39 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	51 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
04 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	16 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	28 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	40 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	52 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
05 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	17 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	29 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	41 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	53 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
06 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	18 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	30 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	42 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	54 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
07 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	19 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	31 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	43 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	55 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
08 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	20 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	32 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	44 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	56 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
09 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	21 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	33 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	45 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	57 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
10 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	22 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	34 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	46 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	58 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
11 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	23 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	35 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	47 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	59 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
12 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	24 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	36 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	48 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	60 - ⒶⒷⒸⒹⒺ

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

https://coruja.page.link/W8W7

LÍNGUA PORTUGUESA

Fabrício Dutra

A Injustiça do Poder Judiciário: A Condenação de Pessoas Inocentes

O poder judiciário é uma das instituições centrais para o funcionamento do Estado de Direito, com a responsabilidade de garantir a justiça, a equidade e a defesa dos direitos fundamentais. No entanto, quando o sistema judicial falha, a confiança pública se abala e o resultado pode ser devastador: pessoas inocentes são condenadas, vidas são destruídas e a verdadeira justiça fica comprometida.

A condenação de inocentes, um fenômeno lamentavelmente presente em diversos sistemas judiciais ao redor do mundo, ocorre por diferentes fatores. Um dos principais é a falha nas investigações. Em muitos casos, a pressão para encontrar culpados rapidamente leva à adoção de métodos apressados e muitas vezes imprecisos. Fatores como evidências forjadas, testemunhos falsos ou manipulados, e até mesmo a negligência das autoridades podem ser determinantes nesse processo injusto. Além disso, em situações onde há grande repercussão midiática, a necessidade de "resolver" rapidamente um caso muitas vezes leva a um julgamento superficial e à condenação precipitada.

Outro fator significativo que contribui para a injustiça judicial é a falha na atuação dos advogados de defesa e a escassez de recursos para aqueles que não podem pagar por uma defesa adequada. A falta de acesso à defesa de qualidade pode resultar em um julgamento desigual, no qual a verdade fica em segundo plano diante de uma estrutura que favorece apenas os mais privilegiados.

O preconceito, também, desempenha um papel crucial. Discriminação racial, social ou econômica pode influenciar diretamente a forma como um indivíduo é tratado dentro do sistema judiciário. Quando um suspeito é pobre, negro ou de uma comunidade marginalizada, suas chances de ser condenado, mesmo sem provas concretas, aumentam consideravelmente. O estigma social, a visão preconceituosa sobre determinadas classes ou etnias e a falta de imparcialidade de juízes ou promotores criam um ambiente em que a justiça se torna distorcida, favorecendo uma falsa narrativa.

Por fim, a falha na revisão de condenações é outro ponto crítico. Em muitos países, mesmo quando surgem novos elementos de prova que comprovam a inocência de uma pessoa, os mecanismos legais para reverter uma sentença são lentos e difíceis de acionar. A "verdade" processual muitas vezes se sobrepõe à verdade material, ou seja, a real busca pela justiça dá lugar a um engessamento burocrático que perpetua erros e injustiças.

As consequências dessas falhas são profundas. Pessoas inocentes passam anos, ou até mesmo décadas, atrás das grades, tendo suas vidas desestruturadas, sua liberdade roubada e seu nome manchado para sempre. Muitas vezes, esses erros não podem ser corrigidos, e as vítimas dessas injustiças acabam pagando um preço irreparável, seja em termos psicológicos, emocionais ou sociais.

A condenação de pessoas inocentes não é apenas um erro judicial; é uma falha do sistema como um todo. Ela revela as fragilidades de um modelo de justiça que, muitas vezes, coloca a velocidade do julgamento ou a busca por um culpado em primeiro lugar, em detrimento da busca verdadeira pela verdade e pela equidade. Para que isso mude, é fundamental que o sistema judiciário seja constantemente vigiado, que seus membros sejam capacitados para identificar e corrigir erros, e que haja uma reforma profunda que garanta mais transparência, imparcialidade e respeito aos direitos de todos.

A justiça não pode ser um luxo acessível apenas aos poderosos ou aos que têm recursos. Ela deve ser um direito inalienável de todos, e a condenação de inocentes deve ser vista como uma falha estrutural que exige mudanças urgentes para garantir a preservação da dignidade humana e a credibilidade do sistema judicial.

01. De acordo com o texto lido, só não se pode afirmar que:

a) Falhas no judiciário, como investigações insuficientes e falta de defesa, abalam a confiança pública.

b) Condenações erradas aumentam desigualdade e falta de revisão no sistema de justiça.

c) Pressa e preconceito comprometem julgamentos, prejudicando os desfavorecidos.

d) Erros judiciais mostram uma justiça desigual, prejudicando quem não tem defesa adequada.

e) Falhas investigativas e acesso desigual à defesa eximem reformas no sistema judicial.

02. A falta de acesso à defesa de qualidade pode resultar em um julgamento desigual.

Assinale a opção que apresenta a explicação correta para o uso do acento indicador de crase na expressão destacada acima:

a) O termo regente é um verbo transitivo indireto

b) O termo regente pede complemento nominal

c) O termo regente é transitivo direto

d) A locução feminina está no plural

e) A locução adverbial é feminina

03. Assinale a opção que apresenta a circunstância expressa pelo advérbio no período apresentado: a necessidade de "resolver" rapidamente um caso.

a) Modo

b) Intensidade

c) Dúvida

d) Afirmação

e) Lugar

04. O preconceito, também, desempenha um papel crucial.

Assinale a opção em que todos os vocábulos são acentuados obedecendo à mesma regra de acentuação aplicada na palavra em destaque:

a) polícia, saúde, cipó.

b) baú, burguês, maracujá.

c) refém, parabéns, ipê.

d) político, constituído, café.

e) açaí, sabiá, gênero.

05. O vocábulo em destaque está escrito de acordo com as novas regras do Acordo Ortográfico.

a) anti-religioso, micro-ondas, megamente.

b) subárea, multi-uso, semi-reta.

c) pós-graduação, pré-conceito, prenatal.

d) antisocial, autoengano, ultra-som.

e) semirreta, ultrarreacionário, autoescola.

06. a real busca pela justiça dá lugar a um engessamento burocrático que perpetua erros e injustiças.

Assinale a opção em que há um vocábulo que tenha sido formado pelo mesmo processo que a palavra em destaque:

a) reorganização

b) desqualificação

c) ajoelhar

d) impossível

e) deslealdade

07. Assinale a única opção em que a mesóclise tenha sido empregada incorretamente.

a) A verdade revelar-se-á no momento certo.

b) A proposta aprovar-se-ia se todos estivessem de acordo.

c) Caso aprovem a mudança, beneficiar-se-ão todos os funcionários.

d) Sabendo que o projeto ajudará, envolver-se-ão com entusiasmo.

e) As dificuldades hoje enfrentar-se-ão com coragem e determinação.

08. A justiça não pode ser um luxo acessível apenas aos poderosos ou aos que têm recursos.

De acordo com a norma culta, no período destacado, a forma verbal "têm":

a) concorda com o termo 'poderosos'.

b) apresenta acento de acordo com a regra das monossílabas.

c) concorda com o termo 'aos'.

d) tem como sujeito o termo 'que'.

e) poderia ser grafada com o acento.

09. Leia as seguintes frases:

I. Após o almoço, iremos visitar o museu da cidade.

II. Ela estudou bastante, mas ainda está nervosa para a prova.

III. Durante a reunião, todos estavam atentos às instruções do chefe.

Com relação ao uso da vírgula, ela é:

a) Obrigatória em I, II e III.

b) Obrigatória em I e II e facultativa e III.

c) Facultativa em I e II e obrigatória em III.

d) Facultativa em I e III e obrigatória em I

e) Incorreta em I e obrigatória em III.

10. Muitas vezes, esses erros não podem ser corrigidos, e as vítimas dessas injustiças acabam pagando um preço irreparável, seja em termos psicológicos, emocionais ou sociais.

O vocábulo destacado só não pode ser substituído sem prejuízo do sentido por:

a) irremediável

b) impraticável

c) incurável

d) definitivo

e) insubstituível

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Eduardo Mocellin

11. Considere os conjuntos $A = \{1,3,4\}$, $B = \{1,2,3\}$ e C. Sabe-se que qualquer subconjunto de $A \cap B$ está contido em C, que por sua vez é subconjunto de $A \cup B$. O número de possibilidades para o conjunto C é:

a) 3

b) 4

c) 5

d) 6

e) 7

12. Considere a sequência de números e figuras a seguir:

3♥5♣7♦3♥5♣7♦3♥5♣7♦...

O 2024º termo da sequência é:

a) ♥

b) ♣

c) ♦

d) 3

e) 5

13. Considere o triângulo a seguir, com $AB = AC$.

Sendo BM a bissetriz do ângulo $A\hat{B}C$ e CM a bissetriz do ângulo $A\hat{C}B$, o valor do ângulo x é:

a) 80°

b) 90°

c) 110°

d) 120°

e) 140°

14. O presidente da Câmara de Macapá resolveu visitar os 6 setores da câmara, A, B, C, D, E e F. Sabendo-se que ele deve começar a vista pelo setor A e terminar pelo setor F, o número de sequências possíveis que ele poderá realizar o programa de visitação é:

a) 18

b) 20

c) 22

d) 24

e) 26

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

15. Em uma cidade do interior do Amapá, determinado prefeito nomeia sua sobrinha para o cargo de Secretária de Obras. A respeito da jurisprudência que trata da nomeação de parentes para cargos públicos, assinale a alternativa correta:

a) A nomeação é autorizada pela Súmula Vinculante nº 13, pois cargos de natureza política permitem ampla discricionariedade, sem necessidade de comprovação de qualificação.

b) A jurisprudência proíbe qualquer nomeação de parentes em cargos públicos, sem exceção, para evitar conflito com o princípio da impessoalidade.

c) Sobrinha não caracteriza parentesco até o terceiro grau, portanto resta afastada aplicação da jurisprudência acerca do nepotismo.

d) A eficiência administrativa justifica a nomeação de parentes que possuam capacitação técnica, mesmo em cargos administrativos ou políticos.

e) A nomeação poderá ser válida, desde que seja comprovada a capacidade técnica da sobrinha e a nomeação não se caracterize como burla à legislação ou mera troca de favores.

16. Em relação aos atributos dos atos administrativos, assinale a alternativa que indica o atributo que confere à Administração Pública a prerrogativa de executar diretamente as decisões tomadas, sem a necessidade de autorização prévia do Poder Judiciário.

a) Presunção de legitimidade

b) Tipicidade

c) Autoexecutoriedade

d) Competência

e) Imperatividade

17. Durante a inauguração de uma escola pública, o prefeito sugere a instalação de uma placa comemorativa com seu nome e imagem, ressaltando seu papel na realização da obra. Sua assessoria, contudo, informa que essa ação é inadequada, pois contraria o princípio da:

a) responsabilidade

b) transparência

c) publicidade

d) impessoalidade

e) eletividade

18. Sobre as autarquias, integrantes da Administração Pública indireta, assinale a alternativa **incorreta**:

a) As autarquias são diretamente criadas por lei específica, que institui a entidade e define sua atuação.

b) As autarquias surgem como resultado do fenômeno da descentralização administrativa, conferindo autonomia à entidade para executar funções públicas específicas.

c) As autarquias possuem patrimônio próprio e respondem diretamente por suas obrigações, sujeitando-se ao regime de precatórios para pagamento de dívidas judiciais.

d) A responsabilidade civil das autarquias é objetiva, o que significa que respondem por danos causados a terceiros independentemente de culpa, nos termos da CF/1988.

e) As autarquias, embora dotadas de personalidade jurídica, celebram contratos administrativos por meio de legislação específica, não se aplicando a elas a Lei 14.133/2021.

19. Em relação aos poderes administrativos, assinale a alternativa que indica o poder que permite à Administração Pública organizar e distribuir tarefas entre seus agentes, controlar a legalidade dos atos e, quando necessário, anular ou revogar atos administrativos no âmbito interno:

a) Poder hierárquico

b) Poder regulamentar

c) Poder de polícia

d) Poder disciplinar

e) Poder discricionário

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

20.O presidente da República poderá delegar aos ministros de Estado, ao procurador-geral da República ou ao advogado-geral da União a competência para

a) a celebração de tratados internacionais sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

b) a concessão de indulto e para a comutação de penas.

c) nomear e exonerar os Ministros de Estado;

d) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

e) prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

21. Ao tratar dos princípios fundamentais, a CF estabelece, em seu art. 1.º,

a) a forma republicana de Estado, cláusula pétrea expressa, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.

b) a forma republicana de governo, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.

c) a forma federativa de Estado, cláusula pétrea implícita, caracterizada pela tripartição dos poderes da União.

d) a forma federativa de Estado e o sistema presidencialista de governo.

e) a forma republicana de governo e a forma federativa de Estado, cláusulas pétreas expressas

22. É INCORRETO afirmar que compete aos Municípios

a) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.

b) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

c) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.

d) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

e) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

23. A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, uma importante mudança no nosso ordenamento jurídico, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;

b) sempre terão a natureza jurídica de atos de direito internacional, não se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.

c) podem ter a natureza jurídica de emenda constitucional, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros;

d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário;

e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros;

24. Tanaka, servidor público estadual, teve conhecimento de que a Constituição da República de 1988 tinha assegurado determinado direito estatutário aos servidores, mas condicionava o seu exercício à edição de lei que o regulamentasse. Apesar de decorridos muitos anos desde a promulgação da Constituição, a lei não foi editada, omissão que torna inviável o exercício do seu direito. À luz da narrativa constitucional e da narrativa acima, o instrumento passível de ser utilizado por Tanaka para a tutela dos seus interesses é:

a) o mandado de segurança;

b) o habeas data;

c)a reclamação constitucional;

d) o mandado de injunção;

e) o direito de petição.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO AMAPÁ

Sérgio Henrique

25. Sobre a disputa territorial conhecida como Questão do Amapá, qual foi o principal motivo que levou à arbitragem internacional para a resolução do conflito entre Brasil e França no final do século XIX?

a) A descoberta de ouro no rio Calçoene, que atraiu o interesse econômico dos franceses.

b) A presença de comunidades quilombolas na região, que buscavam autonomia.

c) A construção de fortificações militares por ambos os países na região contestada como a base militar de Amapá.

d) O desejo francês de estabelecer uma colônia penal na região do Amapá e vingar a sangrenta invasão de Dom João VI em 1809.

e) A pressão internacional e interferência das potências europeias disputas coloniais na América do Sul.

26. Qual foi o papel do Barão do Rio Branco na solução da Questão do Amapá?

a) Ele defendeu uma campanha militar para expulsar os franceses da região.

b) Ele negociou diretamente com o governo francês, que queria dividir a região invadida no Amapá.

c) Ele representou o Brasil na arbitragem internacional, garantindo um resultado favorável.

d) Ele propôs a criação de uma zona neutra entre Brasil e França para conter uma militarização da região.

e) Ele organizou expedições científicas para mapear a região contestada, que era uma ferramenta fundamental para provar a posse.

27. Durante o período regencial no Brasil, a Cabanagem foi um movimento com grande participação popular dos caboclos. Qual das seguintes características melhor descreve a natureza desse movimento?

a) Foi um levante liderado por escravos em busca de liberdade, assim como na Revolta de São Domingos, no Haiti.

b) Foi uma revolta de caráter separatista com forte apoio da elite local, que apesar da ampla participação popular foi sempre liderada pela elite.

c) Foi um movimento popular contra a pobreza e a opressão governamental.

d) Foi uma insurreição motivada pela disputa de terras entre colonos e indígenas.

e) Foi uma rebelião inspirada por ideais republicanos trazidos por imigrantes europeus.

28. Qual foi a principal consequência do Tratado de Utrecht de 1713 em relação ao território do Amapá?

a) Estabeleceu o rio Araguari como a fronteira entre Brasil e Guiana Francesa.

b) Definiu o rio Oiapoque como o limite entre as colônias portuguesa e francesa.

c) Criou uma zona econômica exclusiva para exploração de recursos naturais.

d) Concedeu à França o direito de estabelecer colônias no território do Amapá.

e) Proibiu a presença de forças militares de ambos os países na região.

29. Em que medida a criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque contribuiu para a conservação ambiental no Amapá?

a) Reduziu significativamente o desmatamento ilegal na região.

b) Estabeleceu regras a todas as atividades de pesca no rio Oiapoque.

c) Estabeleceu parcerias com organizações internacionais para pesquisa científica.

d) Permitiu a exploração por manejo de madeira nas áreas protegidas.

e) Impediu a proliferação de garimpos ilegais na área do parque.

30. Como a política de Zona Franca Verde impacta o desenvolvimento econômico do Amapá?

a) Incentiva a exploração sustentável do Parna Montanhas do Tumucumaque e do Parna do Cabo Orange.

b) Aumenta a competitividade das indústrias locais por meio de isenções fiscais.

c) Adota medidas protecionistas no comércio exterior para proteger a produção local, por meio do consumo no mercado interno.

d) Promove uma política fiscal favorável a indústria petroquímica na foz do Amazonas.

e) Impõe tarifas adicionais sobre produtos importados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - SERVIDORES PÚBLICOS: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO. DEVERES E PROIBIÇÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS. REGIME DISCIPLINAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS. SANÇÕES DISCIPLINARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR: APURAÇÃO PRELIMINAR E SINDICÂNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL DOS SERVIDORES PÚBLICOS. PROCESSO ADMINISTRATIVO. LEI Nº 9.784/99

Rodrigo Bet

31. De acordo com a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo, considere as seguintes afirmativas sobre o início e o trâmite do processo administrativo:

I. O processo administrativo federal pode ser iniciado tanto por provocação do interessado quanto por iniciativa da Administração Pública.

II. É permitido que o requerimento inicial seja formulado de forma oral em qualquer situação, independentemente do tema ou da complexidade da matéria.

III. Nos casos em que houver uma pluralidade de interessados com pedidos de conteúdo e fundamentos idênticos, é permitido que todos apresentem um único requerimento.

Assinale a alternativa correta:

a) Apenas a afirmativa I está correta.

b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

e) Todas as afirmativas estão corretas.

32. Com base na Lei nº 9.784/1999, que dispõe sobre o processo administrativo, assinale a alternativa correta acerca da competência, delegação e avocação no âmbito administrativo:

a) A competência administrativa é irrenunciável, e não há previsão legal para que um órgão administrativo a delegue a outro órgão aspectos específicos das suas atribuições.

b) Um órgão administrativo pode delegar parte de sua competência, mas a delegação só é permitida para órgãos hierarquicamente subordinados, e quando não houver impedimento legal.

c) A competência de um órgão administrativo pode ser objeto de delegação total ou parcial a outro órgão, desde que haja conveniência técnica, social, econômica, jurídica ou territorial, e que não haja vedação legal.

d) É vedada a delegação da edição de atos normativos, da decisão de recursos administrativos e de matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

e) A delegação de competência administrativa é permitida, inclusive para a edição de atos normativos e para a decisão de recursos administrativos, desde que haja justificativa formal para a delegação.

33. Com base na Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo, assinale a alternativa correta sobre delegação, avocação e competência administrativa:

a) O ato de delegação é definitivo e não pode ser revogado pela autoridade delegante, após publicado.

b) A avocação de competência por um órgão superior em relação a um órgão inferior é permitida em qualquer circunstância, independentemente de justificativa.

c) O ato de delegação deve especificar claramente as matérias delegadas, os limites e objetivos, sendo obrigatoriamente publicado em meio oficial.

d) As decisões adotadas por delegação não precisam mencionar que foram editadas por um delegado, bastando que sejam registradas como decisão da autoridade delegante.

e) Quando não houver uma autoridade específica designada para o processo administrativo, este deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para evitar problemas de competência.

34. Com base na Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo, assinale a alternativa correta sobre impedimento e suspeição de servidores e autoridades:

a) A alegação de suspeição é irreversível e, uma vez reconhecida, impede definitivamente o servidor ou autoridade de atuar no processo.

b) O servidor é impedido de atuar no processo administrativo se tiver interesse direto ou indireto na matéria, ou se estiver litigando com o interessado.

c) A autoridade que se declare impedida deve, ainda assim, atuar no processo até que sua condição de impedimento seja formalmente reconhecida pela autoridade competente.

d) É vedado o recurso contra o indeferimento de uma alegação de suspeição feita contra um servidor ou autoridade, pois não gera efeito suspensivo.

e) A omissão do dever de comunicar impedimento configura infração leve, para efeitos disciplinares.

35. Com base na Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo, assinale a alternativa correta sobre a motivação dos atos administrativos:

a) A motivação é obrigatória em todos os atos administrativos.

b) A motivação de atos administrativos de órgãos colegiados deve ser oral, independentemente de registro formal.

c) É obrigatória a motivação dos atos administrativos que neguem ou limitem direitos, bem como dos que dispensem ou declarem inexigibilidade de licitação.

d) Os atos que importem apenas comunicação de decisão não exigem motivação explícita.

e) Nos casos em que a decisão não afete diretamente o interesse público, a motivação poderá ser feita em momento posterior.

36. Com base na Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo, assinale a alternativa correta sobre a anulação e a revogação de atos administrativos pela Administração Pública:

a) A Administração deve anular seus atos quando verificado vício de legalidade, enquanto a revogação depende de motivos de conveniência ou oportunidade e deve respeitar os direitos adquiridos.

b) A Administração tem o dever de revogar atos com vício de legalidade.

c) A Administração pode revogar seus próprios atos em qualquer tempo, inclusive aqueles que geraram efeitos favoráveis ao destinatário, independentemente de prazo.

d) A Administração somente pode revogar atos administrativos se estes tiverem sido praticados com má-fé.

e) O direito de anular atos administrativos é imprescritível, ou seja, a Administração pode exercer esse direito a qualquer momento.

37. Dentre as opções abaixo, identifique aquela que descreve corretamente um agente putativo na Administração Pública.

a) Um representante designado para atuar em nome do Estado em eventos internacionais específicos, mesmo sem vínculo formal.

b) Um cidadão convocado para uma função honorífica, sem remuneração e sem vínculo com a Administração.

c) Uma pessoa que exerce atividades públicas, sem investidura regular, mas com presunção de legitimidade na sua atuação.

d) Um agente investido regularmente que ocupa cargo de caráter temporário em situação de urgência.

e) Um cidadão que, em estado de necessidade pública, assume a função de servidor público em situações emergenciais.

38. Com base nas diferenças entre servidor público, empregado público e agente temporário, assinale a alternativa correta:

a) Tanto o servidor público quanto o empregado público possuem vínculo estatutário com a Administração, mas o empregado público é contratado apenas para atividades auxiliares.

b) O agente temporário e o empregado público compartilham vínculo contratual, porém o agente temporário adquire estabilidade após três anos de serviço.

c) O servidor público, ao contrário do empregado público, possui vínculo estatutário e pode adquirir estabilidade no cargo efetivo.

d) Tanto o agente temporário quanto o servidor público adquirem estabilidade após cumprir estágio probatório.

e) O empregado público tem vínculo estatutário, enquanto o agente temporário é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

39. Com base nas espécies de agentes públicos, assinale a alternativa correta:

a) Agentes delegados são designados para atuar temporariamente em emergências e calamidades públicas, sem qualquer vínculo formal.

b) Agentes honoríficos possuem vínculo remunerado com a Administração Pública e são selecionados por concurso público.

c) Os agentes políticos ocupam cargos efetivos e desempenham atividades administrativas sob supervisão direta do chefe do Executivo.

d) Agentes credenciados exercem atividades de interesse público em caráter contínuo, com estabilidade e vínculo estatutário.

e) Agentes administrativos podem ocupar cargos ou empregos públicos e atuam no dia a dia da Administração, seguindo hierarquia e normas específicas.

40. Com base nas diferenças entre estabilidade e vitaliciedade na Administração Pública, assinale a alternativa correta:

a) Tanto a estabilidade quanto a vitaliciedade podem ser adquiridas por qualquer servidor público efetivo após três anos de exercício no cargo.

b) A vitaliciedade é uma garantia concedida a todos os servidores públicos que passam em estágio probatório, assegurando que só possam ser exonerados por sentença judicial.

c) A estabilidade permite que o servidor efetivo só possa ser exonerado por sentença judicial transitada em julgado.

d) A estabilidade é adquirida por servidores de cargos efetivos, enquanto a vitaliciedade é uma garantia de algumas carreiras específicas, como magistrados e membros do Ministério Público.

e) O servidor público pode perder o cargo por insuficiência de desempenho nos casos de estabilidade ou de vitaliciedade.

41. Sobre as responsabilidades do servidor, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A responsabilidade penal abrange crimes e contravenções cometidas pelo servidor no exercício de suas funções.

b) O servidor responde civil, penal e administrativamente por atos dolosos ou culposos que causarem prejuízos ao erário.

c) A responsabilidade administrativa independe da responsabilidade civil e penal, podendo ser aplicada de forma autônoma.

d) A absolvição na esfera penal que nega a existência do fato afasta a responsabilidade administrativa.

e) O servidor não pode ser responsabilizado civilmente pelos atos cometidos no exercício de suas funções.

42. Conforme o Art. 144 do Estatuto dos Servidores de Macapá/AP, constitui uma proibição ao servidor público:

a) Ausentar-se do serviço durante o expediente, com prévia autorização do chefe imediato.

b) Retirar qualquer documento ou objeto da repartição com anuência da autoridade competente.

c) Cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, em situação transitória e de emergência.

d) Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em atividades particulares.

e) Participar de conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que o Município detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social.

43. De acordo com o Estatuto dos Servidores de Macapá/AP, para efeitos de aplicação de penalidades, considera-se reincidência:

a) A prática de qualquer infração disciplinar, independentemente de período entre elas.

b) A prática de uma transgressão disciplinar após o cancelamento do registro da penalidade anterior.

c) A prática de mais de duas transgressões disciplinares no período de três anos consecutivos, contados da data da primeira transgressão.

d) A prática de duas transgressões disciplinares, independentemente do período entre elas.

e) A prática de mais de duas transgressões disciplinares no período de cinco anos consecutivos.

44. Considerando as disposições do Estatuto dos Servidores de Macapá/AP sobre a acumulação de cargos, assinale a alternativa correta:

a) A acumulação de cargos é permitida para qualquer servidor, desde que haja compatibilidade de horários.

b) Dois cargos de professor podem ser acumulados, desde que sejam comprovadas as compatibilidades de horário.

c) Um servidor pode acumular dois cargos técnicos em quaisquer condições.

d) A acumulação de cargos é vedada para servidores municipais em todos os casos.

e) É permitida a acumulação de cargos apenas em casos de cargos comissionados.

45. De acordo com o Estatuto dos Servidores de Macapá/AP, o afastamento preventivo de um servidor público durante a apuração de uma infração disciplinar poderá ocorrer:

a) Pelo prazo de até 15 dias, com possibilidade de prorrogação por igual período, desde que haja remuneração.

b) Pelo prazo máximo de 60 dias, sem prejuízo da remuneração, com possibilidade de prorrogação por igual período.

c) Pelo prazo de até 30 dias, sem prejuízo da remuneração, com a possibilidade de uma única prorrogação.

d) Por até 90 dias, com suspensão da remuneração durante o período de afastamento.

e) Por até 120 dias, com prejuízo da remuneração, desde que comprovada a gravidade da infração.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - BENS PÚBLICOS. ATOS ADMINISTRATIVOS. ATO ADMINISTRATIVO E FATO ADMINISTRATIVO. CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO, ESPÉCIES DE ATO ADMINISTRATIVO. EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA DO ATO ADMINISTRATIVO. ELEMENTOS E PRESSUPOSTOS. ATRIBUTOS. EXTINÇÃO E MODIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. REVOGAÇÃO. RETIFICAÇÃO E INVALIDAÇÃO. CONVALIDAÇÃO. LEI 14.133/2021

Herbert Almeida

46. De acordo com a Lei n° 14.133/2021, não é modalidade de licitação:

a) concorrência.

b) convite.

c) concurso.

d) leilão.

e) diálogo competitivo.

47. A Lei nº 14.133/2021 permite ao gestor público fazer contratações sem a necessidade de realizar um processo licitatório. Nos casos em que a contratação se referir à contratação de artista consagrado pelo público para realização de uma festa no Município,

a) tem-se um caso de licitação dispensada.

b) a licitação será dispensável, independentemente do valor.

c) a licitação será inexigível, desde que respeitado o valor máximo de R$ 100 mil pela contratação.

d) a licitação é inexigível, e a contratação deve ser feita diretamente ou por meio de empresário exclusivo.

e) será obrigatória a realização de licitação.

48. Não é um objetivo do processo licitatório:

a) assegurar tratamento isonômico entre os licitantes.

b) assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.

c) incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

d) evitar contratações com sobrepreço.

e) incentivar contratações com preços inexequíveis.

49. De acordo com a Lei 14.133/2021, assinale a opção correta acerca das garantias:

a) a exigência de garantia não precisa estar prevista expressamente no edital.

b) em regra, cabe ao contratado optar pela modalidade de garantia que será prestada.

c) o título de capitalização deixou de ser modalidade de garantia com o advento da nova lei de licitações.

d) mesmo que ocorra a suspensão do contrato, o contratado deverá renovar a garantia, até o final do acordo.

e) nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 20% do valor inicial do contrato.

50. Nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as diretrizes legais e excluídas as prorrogações, a administração poderá celebrar contratos com prazo de até

a) 5 anos.

b) 10 anos.

c) 15 anos.

d) 20 anos.

e) 25 anos.

51. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações, exceto:

a) credenciamento.

b) pré-qualificação.

c) procedimento de manifestação de interesse.

d) sistema de registro de preços.

e) diálogo competitivo.

52. Assinale a opção que não corresponde a uma hipótese de licitação dispensável:

a) para contratação que possa acarretar comprometimento da segurança nacional.

b) nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.

c) nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.

d) aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

e) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

53. Acerca dos atributos dos atos administrativos, assinale aquele que é inerente a todos os atos praticados pela administração, decorrendo da própria natureza do ato, presente desde o seu nascimento e independente de norma legal que o preveja:

a) competência.

b) motivação.

c) autoexecutoriedade.

d) imperatividade.

e) presunção de legitimidade.

54. Os atos administrativos possuem cinco requisitos de validade, sendo que, alguns requisitos são considerados vinculados para qualquer ato, enquanto outros dois podem ser vinculados ou discricionários. Estes dois são:

a) competência e finalidade.

b) motivo e objeto.

c) motivo e forma.

d) finalidade e objeto.

e) finalidade e forma.

55. Podem ser revogados pela Administração Pública:

a) os atos administrativos discricionários, válidos e eficazes.

b) as certidões.

c) os atos vinculados.

d) os atos cujos efeitos já se exauriram.

e) os atos que configuram direito adquirido.

56. Acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa correta

a) mesmo que emitido sem motivação, quando esta é obrigatória, o ato administrativo continua válido.

b) a competência é elemento discricionário do ato administrativo, definida pelo administrador independentemente de previsão legal.

c) os atos que interferem na esfera individual dos administrados não possuem presunção de legitimidade.

d) em regra, os atos internos podem atingir os administrados de forma indistinta, não se restringindo à administração pública.

e) os atos administrativos são espécies do gênero ato jurídico.

57. A revogação, a anulação, a caducidade e a cassação são exemplos de hipóteses de extinção dos atos administrativos. A respeito desses institutos, assinale a opção incorreta:

a) a revogação incide apenas sobre atos discricionários.

b) a anulação possui efeitos retroativos e implica a extinção de ato com vício insanável.

c) a caducidade decorre da superveniência de norma jurídica que tornou inadmissível situação jurídico-administrativa anteriormente permitida.

d) a cassação extingue o ato quando o destinatário deixa de atender aos requisitos essenciais para a manutenção do ato administrativo que o beneficia.

e) a revogação pode ser utilizada para atingir ato administrativo viciado, por ter se tornado inoportuno ou inconveniente.

58. O prédio em que funciona uma escola pública municipal é classificado como bem público:

a) de uso especial, sendo inalienável enquanto estiver afetado.

b) de uso comum, sendo inalienável enquanto estiver afetado.

c) dominical, sendo inalienável enquanto estiver afetado.

d) de uso comum, não havendo restrição à sua alienação.

e) de uso especial, não havendo restrição à sua alienação.

59. Acerca dos bens públicos, assinale a alternativa correta

a) os bens dominicais são afetados porque são públicos, devendo ter uma destinação específica.

b) os bens de uso comum e os bens de uso especial são bens considerados desafetados.

c) os bens de uso especial são os destinados às instalações e aos serviços públicos, sendo afetados a uma finalidade pública.

d) os bens de uso comum podem ser alienados independentemente de desafetação.

e) a afetação é a mudança de forma de destinação dos bens públicos que os inclui na categoria de bens dominicais.

60. Acerca da alienação de um imóvel em que esteja instalada uma Secretaria Municipal, assinale a opção correta

a) o bem poderá ser vendido, pois o edifício constitui um bem dominical e pode ser alienado.

b) o bem não poderá ser vendido, pois os bens públicos dominicais são inalienáveis.

c) uma fez desafetado da finalidade pública, o bem poderá ser alienado se houver interesse público devidamente justificado, avaliação, autorização legislativa e licitação na modalidade leilão.

d) a alienação do imóvel, caso seja desafetado, não dependerá, em regra, de licitação.

e) o edifício não poderá ser vendido, pois o edifício em que se encontra uma repartição pública é considerado bem de uso comum do povo.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0